

ALGUMAS INEFICIÊNCIAS DO ENSINO EM PORTUGAL

Victor M.M. Lobo*

Num recente artigo intitulado "A Albanização do Ensino em Portugal" foquei uma das vertentes que levam à ineficiência do ensino. Focaria agora uma outra, indicando casos reais que ilustram a referida ineficiência, e as orientações que a tal levam.

Um médico meu amigo contratou, para secretária, uma licenciada num curso de relações internacionais que não só não sabe fazer pontuação num texto, como quase cada palavra tem um erro ortográfico (e.g. "çidade" com ç !). Mas o problema é mais grave: na área das ciências os alunos também terminam cursos de engenharia e ciências básicas (matemática, física, química) com falta de conhecimentos similares às de português daquela licenciada. Ora, enquanto estas são facilmente reconhecíveis pelo comum das pessoas, similares desconhecimentos nos fundamentos da ciência não são facilmente detectáveis, e daí os seus prejuízos serem muito maiores. Nas aulas que tenho de ouvir de professores estagiários, dou conta que não sabem o conceito físico de massa, de energia cinética, as mais elementares fórmulas químicas, ou não percebem conceitos elementares de química. Um professor catedrático de letras dizia-me que um aluno prestes a graduar-se em francês não fazia a mínima ideia sobre se a Revolução Francesa fora um acontecimento já deste século, ou do tempo do Carlos Magno ! Um catedrático de medicina disse-me que um já médico juntou duas ampolas de vitamina B6 para dar uma injeção de vitamina B12; dois alunos de engenharia foram ter com um docente para esclarecer se $x + x = x^2$, ou se $x + x = 2x$; um aluno de engenharia chamou um docente durante um exame pedindo o raio de um triângulo, por saber que a área é πr^2 , etc., etc.

Eu percebo bem as causas disto: se um aluno passa a 4ª classe a escrever muito mal, pode bem ir assim até ao fim da licenciatura, pois a partir daí já nenhum professor se sente com responsabilidades nesse ponto específico. Quando um dos meus filhos estava no 8º ano, dei conta que também escrevia muito mal. Logo pedi a um professor de português que, à laia antiga, e ao longo de muitos meses, o corrigisse. Se eu tal não tivesse feito, ele hoje seria um engenheiro electrotécnico, e de alta classificação, mas a escrever muito mal.

Se um aluno não aprendeu as bases de física e química nos cinco anos que disto teve no liceu, não pode ser a Universidade a corrigir estas falhas. Temos de ensinar matérias universitárias, não podemos perder o tempo a ensinar o ABC da química. Se o fizessemos iríamos prejudicar gravemente o objectivo fundamental dum curso universitário. O problema está em que têm entrado alunos com notas de zero, ou próximas, em matemática que vão para matemática, em física e depois vão para física, etc.

Uma das causas do acima dito é uma certa mentalidade que nestas últimas décadas se instaurou no país, e consequente enquadramento legal, só preocupada com a "exploração" dos trabalhadores pelos empregadores, dos inquilinos pelos senhorios, dos ladrões e criminosos pelas forças da ordem e entidades jurídicas e, nesta linha, dos alunos pelos professores. Tudo se faz para "proteger" os primeiros dos segundos. Claro que esta mentalidade muito tem contribuído para o ruir da eficiência do sistema de ensino. Por exemplo, tem-se condenado a realização de "chamadas" no ensino secundário (interrogatórios orais do tipo de um exame, com atribuição de nota a contar para o aproveitamento). Diz-se que este tipo de interrogatório é traumatizante para o aluno. É verdade que todos nós que por isso passámos tínhamos sempre receio de ser "chamados", pois os interrogatórios eram "duros". Mas a vida prática é assim. Efectivamente, as "chamadas" eram um magnífico treino do aluno para a sua futura vida profissional. Obrigavam-no a ser claro, objectivo, saber bem a matéria, usar português correcto e a falar suficientemente alto e claro para poder ser bem entendido. Hoje muitos jovens não são capazes de exprimir uma ideia.

Além de terem eliminado as "chamadas", muitas outras "protecções" foram sendo introduzidas que fortemente afectam o aproveitamento. Por exemplo, foi indicado a certa altura que os professores não deviam ter em conta os erros de redacção e ortografia na avaliação dos testes escritos. Além disso, não interessava o que o aluno dissesse a mais. Claro que isto leva a que os alunos atirem palavras de qualquer modo, pois o professor lá aproveita uma ou outra para cotar pontos. Respostas que alunos meus dão em exames mostram bem os efeitos perniciosos deste tipo de directivas. Depois, claro, os meus alunos dizem que se fosse no liceu lhes teriam dado cotação, pois esta ou aquela palavra até servia para a resposta ! E eu sei, da minha larga experiência nestas lides, que os alunos têm razão ! Ora, tais directivas cultivam a irresponsabilidade ! Numa dada pergunta para cuja resposta praticamente só bastaria escrever $D S > 0$, $D G < 0$, $D A < 0$ e $D G < 0$, um aluno respondeu $D S = 0$, $D G = 0$, $D A = 0$ e $D G = 0$, o que teria estado certo se a pergunta tivesse sido ligeiramente diferente. O aluno, que perdeu os 4 valores desta pergunta, disse-me assim: "eu sabia bem, mas distraí-me a ler a pergunta; é que no liceu já sabiam que eu

era distraído, e cotavam-me as respostas, não para a pergunta realmente feita, mas para uma pergunta hipotética para cuja resposta eu tinha escrito certo. Poderia ser muito louvável esta "ajuda" aos alunos; só que a vida prática não é assim. Se se manda um profissional fazer uma habitação, ele não pode fazer um armazém e depois querer que lhe paguem porque se distraiu, mas o armazém até está bem feito !

Uma outra "vaca sagrada" que muito tem afectado a eficácia dos 12 anos de ensino básico e secundário é o chamado "ensino participativo". É evidente que todos queremos que haja a maior participação em todo o tipo de ensino; só que, aquele vocábulo foi utilizado para delinear um modo de actuação que os professores deveriam seguir em vez do chamado "ensino expositório". Neste último, o professor ensina "expondo" a matéria; ao contrário, no "ensino participativo" o conhecimento tornar-se-ia evidente para o aluno na sequência de um processo onde os alunos desinibidamente dizem o que lhes apetece sobre um dado tema, tendo o professor um mero papel de orientação. "Em teoria" isto seria muito bonito. Talvez funcionasse com um professor altamente dotado e alunos muito bons. Mas a minha experiência mostra um panorama diferente. Aulas a que assisto, onde seguem o tal "ensino participativo", transformam-se numa "barulhenta feira", onde todos querem falar e ninguém aprende nada. Em vez de se cultivar a capacidade de ouvir quem nos fala, o respeito pelo conhecimento do orador, cultivam-se a má educação e a insubordinação da audiência. E isso já se reflecte na Universidade: outrora, não havia problemas de barulho nas aulas universitárias; agora, os alunos falam uns com os outros, gerando um barulho que torna difícil ensinar com clareza. A obsessão de certos responsáveis pela "participação" é tal, que até no aproveitamento os professores têm de se referir a esse "parâmetro" !

Que fazer ? Muito simples. Incitar os professores a exporem a matéria como manda o bom senso e segundo as características de cada orador, isto é, de maneira clara, concisa, com bom português, mantendo os alunos atentos através de um varrimento de olhar tal que cada aluno sinta que o professor está a falar para ele, desencorajando interrupções, a não ser a título excepcional, etc. Não é isto que faz qualquer pessoa que queira comunicar uma ideia ? Acima de tudo deve imperar o bom senso e não o seguidismo a "modelos teóricos" como os do "ensino participativo" e outros que tais.

* Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, membro do Conselho Nacional de Educação, responsável por estágios pedagógicos para o ensino secundário, o que envolve ir lá ouvir aulas.

E-mail <fcqmvmmml@gemini.ci.uc.pt>